



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES
TOMADA PÚBLICA DE CONTRIBUIÇÕES Nº 3/2018____ - DE 21/09/2018 a 19/11/2018
NOME: SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO DO
ESTADO DE SANTA CATARINA – SINDIPETRO (CNPJ nº 83.544.791/0001-48)

() agente econômico
() consumidor ou usuário

(X) representante órgão de classe ou associação
() representante de instituição governamental
() representante de órgãos de defesa do consumidor

Tomada Pública de Contribuições sobre a verticalização da cadeia de distribuição de combustíveis.

ASSUNTO	PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
TPC nº 3/2018	Vedação de verticalização direta e indireta	<p>Logo após a greve nacional dos caminhoneiros, o CADE enviou para a ANP a publicação Contribuições do Cade - <i>“Repensando o setor de combustíveis: medidas pró-concorrência”</i> datada de Maio-2018.</p> <p>Nesta publicação, o CADE tece sugestões para o propósito de aumentar o nível de rivalidade no setor, <i>“buscando induzir menores preços para o consumidor final”</i>, e reduzindo a possibilidade de colusão (cartel).</p> <p>Contudo, como o próprio CADE informa na publicação, este debate já está sendo travado no Grupo “Combustível Brasil”, em conjunto com a ANP, e o MME – Ministério de Minas e Energia, entre outros (http://www.mme.gov.br/web/quest/secretarias/petroleo-gas-natural-e-combustiveis-renovaveis/programas/combustivel-brasil/principal).</p> <p><u>E uma das premissas adotadas pelo Grupo “Combustível Brasil” é a “consolidação de lógica empresarial de abastecimento nacional, fundamentada em uma crescente diversificação de agentes (refino, importadores, formuladores e afins)”;</u> <u>o que só se dará, como se verá, com a manutenção da proibição de verticalização.</u></p>

		<p>No Grupo “Combustível Brasil”, a proposta de participação cruzada (verticalização) aborda apenas os elos de Suprimento (Refino + Importação), Logística e Distribuição. A revenda não está sendo debatida, porque o problema da ausência de investimentos e concentração de mercado NÃO está na revenda!</p> <p>Portanto, preliminarmente, para o SINDIPETRO/SC, com todo o respeito, uma tomada de decisão no âmbito exclusivo da ANP, à revelia daquele Grupo de Trabalho, não é legítimo, especialmente neste período de transição de Governo.</p> <p>E, de qualquer modo, a proibição de verticalização está fixada em lei federal, como bem ressaltou o CADE na publicação: “<i>No Brasil é vedado a um posto de gasolina pertencer a uma distribuidora de gasolina ou a uma refinaria, conforme Lei 9.478/97 (...)</i>”. <u>Portanto, para o SINDIPETRO/SC, este debate prescinde alteração de legislação federal; este debate não está no âmbito de regulamentação da ANP.</u></p> <p>A propósito, em 2018, a ANP já realizou um workshop para debater a verticalização no varejo de combustíveis, <u>com maciça manifestação contrária das entidades participantes</u>, porque “<i>a verticalização gera ampliação da concentração de mercado – facilitação da formação de cartel; o Brasil vivencia monopólio de fato na produção e oligopólio na distribuição; verticalização em setor pulverizado é uma medida anti-concorrencial pois reduz o número de agentes; a verticalização modificaria o modelo atual do mercado que está estabelecido e funcional</i>”.</p> <p>Por fim, o SINDIPETRO/SC repudia os estudos empíricos citados pelo CADE na publicação (folhas 22 e ss), porque tratam de mercado não análogo ao brasileiro, e são defasados.</p> <p>A justificativa do CADE de que a verticalização “<i>tende a eliminar a dupla margem, diminuir custos (...)</i>” não faz sentido, quando a autarquia, ela mesma, admite que a distribuição e a revenda representam apenas, “<i>em média, cerca de 13% do preço do combustível automotivo nacional</i>”.</p>
--	--	--

		<p>A demanda para autorização de participação cruzada no setor, também advoga que esta medida tornará o mercado mais atrativo para novos investimentos, permitindo a atuação integrada nos diversos elos da cadeia dos combustíveis (nessa perspectiva, só ingressaria no refino um novo agente econômico que tiver acesso ao mercado de distribuição e/ou revenda). Mas esta premissa não é verdadeira. Para nós, não acontece o estímulo ao investimento autorizando a operação verticalizada, ao contrário: <u>a concentração vertical traz, em si, potencial ameaça à ordem concorrencial.</u></p> <p>Em mercados oligopolizados, como é a distribuição de combustíveis no Brasil, a doutrina econômica NÃO recomenda a verticalização, como bem conclui o Professor Calixto Salomão Filho, na obra Direito Concorrencial (Editora Malheiros, edição 2013, páginas 330 a 340):</p> <p><i>“A doutrina identifica várias consequências específicas das concentrações verticais que causam preocupação concorrencial. Em primeiro lugar, a própria teoria da exclusão potencial dos concorrentes pode ser revisitada, agora levando em conta a crítica neoclássica. O que dela se pode concluir é que as integrações verticais, quando realizadas entre agentes econômicos que atuam em mercados já horizontalmente concentrados, são causa efetiva de preocupação para o direito antitruste. E isso por duas razões bastante evidentes. Em primeiro lugar, porque nesses casos sobram muito poucas alternativas aos produtores e/ou distribuidores em condições concorrenciais. Mas também <u>a concorrência potencial se limita substancialmente.</u> Com efeito, <u>novos potenciais concorrentes que queiram entrar em um dos mercados deverão entrar em ambos para ter alguma chance de concorrer.</u> É por esse motivo que <u>uma das principais objeções de natureza concorrencial às concentrações verticais está exatamente no aumento substancial de barreiras à entrada no mercado por elas proporcionado.</u> (...) Assim, muito frequentemente uma primeira integração vertical desencadeia um processo concentrativo que não termina enquanto os participantes de ambos os mercados não estejam em grande parte integrados. Essa perspectiva constitui uma ameaça real aos pequenos produtores independentes, para os quais, ao final desse processo, restarão poucas alternativas para fornecimento e/ou distribuição em condições concorrenciais. (...) A concentração vertical em estruturas oligopolizadas causa, ainda, outro</i></p>
--	--	--

		<p><i>tipo de preocupação, diretamente ligada ao interesse do consumidor. Ainda que a concentração não leve a um processo generalizado de integração e – talvez se possa dizer – sobretudo se isso não ocorrer, <u>é muito provável que essa concentração representa forma de eliminar uma barreira à cartelização do mercado.</u></i>” (grifos nossos)</p> <p>O SINDIPETRO/SC alerta que a operação cruzada entre a distribuição e a revenda já é uma realidade observada na revenda de combustíveis, e conhecida da ANP! E esta operação cruzada (verticalização) tem sido reiteradamente denunciada para a ANP!</p> <p>Porque a operação da distribuição é altamente dependente da revenda para escoamento de volume de combustíveis, parcela substancial da distribuição tem usado seu crescente poder econômico para “amarrar” pontos de revenda, em um processo pernicioso de verticalização indireta (quando não se dá de modo direto mesmo, em explícita afronta à proibição regulamentada pelas resoluções 41/2013 e 58/2014). E nem por isso os preços dos combustíveis diminuíram. Ao contrário. O que se observa historicamente é um aumento da margem da distribuição e aumento dos preços finais.</p> <p><u>Concluindo, para o SINDIPETRO/SC, se for permitida a verticalização, NÃO haverá maximização da concorrência, com redução dos preços, mas a maximização de poder, com a maior concentração de mercado.</u></p>
--	--	--

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: tpc_verticalizacao@anp.gov.br.